

LOGOS, ETHOS E PATHOS: “TRÊS LADOS” DA MESMA MOEDA

Melliandro Mendes GALINARI*

- RESUMO: Este artigo possui o objetivo de construir uma reflexão sobre a inter-relação das provas retóricas – *logos*, *ethos* e *pathos* – no âmbito disciplinar da Análise do Discurso, dialogando com a tradição retórica, com a Sofística e com autores modernos que se ocupam do assunto, tais como Ruth Amossy, Michel Meyer, Christian Plantin e outros. Para tanto, parte-se do pressuposto de que, mais do que categorias estáveis e demarcáveis teoricamente, as provas retóricas são três dimensões ou “ângulos” de um mesmo discurso ou, em outros termos, três ferramentas ou “chaves de leitura” disponíveis à sua interpretação e à especulação de seus efeitos possíveis. Como são escassas análises discursivas aptas a ilustrar/demonstrar tais postulados teóricos, o artigo contém, além de uma primeira parte, destinada a uma reflexão teórica, uma segunda parte reservada exclusivamente à análise de um discurso de caráter político que circulou no Brasil no ano de 2010, num momento anterior às eleições presidenciais.
- PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso. Sofística. Argumentação. *Logos*. *Ethos*. *Pathos*.

Introdução

Direta ou obliquamente, a inter-relação entre as “provas retóricas” ou “meios de persuasão” – *logos*, *ethos* e *pathos* – “lateja” em diversos trabalhos e autores dos séculos XX e XXI, conclamando, para a ordem do dia, um debate mais aprofundado sobre o assunto, no afã de favorecer, cada vez mais, as práticas de análise argumentativa. A questão, por um lado, é carente de um investimento teórico mais aguçado; por outro – e não menos importante –, de análises discursivas ilustrativas, ou seja, de “práticas de leitura” que demonstrem, efetivamente, a conexão entre as provas retóricas na linguagem em uso. A tarefa não é nada fácil, e alguns desafios e problemas se colocam de início: como articular *logos*, *ethos* e *pathos*, sem incorrer no risco de “triturar” tais conceitos num só e homogêneo emplasto? Considerá-los inseparáveis, “fundidos” na mesma trama discursiva, não seria jogar por terra as próprias noções individuais e a clássica divisão tripartite? Não seria contraditório, portanto, diferenciar/usar essas três palavras e tratá-las, ao mesmo tempo, como um só empreendimento retórico? Não andaríamos, por fim, em círculos, em vão exercício especulativo?

* UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Departamento de Letras. Mariana – MG – Brasil. 35420-000 – melliandro@yahoo.it

Acredito, obviamente, que a resposta deságua, limpidamente, num sonoro e enfático **não!** A visualização da articulação, no plano teórico, das provas retóricas, além de ser alvissareira para as análises argumentativas, depende, ainda, no caso de se nos impor um sonoro **sim**, da competência filosófica do pesquisador em **relativizar**, ou seja, em ver as mesmas coisas – o tão falado discurso – de diferentes ângulos e perspectivas. É contando com essa competência (às vezes teimosamente rara), que buscarei demonstrar que os meios de persuasão podem ser encarados, na verdade, nem tanto como três categorias diversas ou três momentos distintos de análise, mas como **dimensões** do mesmo discurso e, principalmente, como três “ferramentas de leitura” para se conjecturá-lo, extraindo, no plano da adesão, possíveis consequências retóricas. Nesse sentido, pretendo também cogitar, em conjunto com a interdependência das provas retóricas, a hipótese de tanto o *ethos*, quanto o *pathos*, poderem ser compreendidos como desdobramentos semântico-discursivos do *logos* (em uso), o que converge para a metáfora teórica (“quase lógica”) de que temos, pragmaticamente falando, “três lados” da mesma moeda.

O ponto de partida do presente texto – a chave por excelência do problema – será, portanto, a própria noção de *logos*, mas enquanto emoldurada pela Sofística, o que nos permitirá ter uma compreensão ampliada (e não estritamente racional/demonstrativa) dessa prova retórica. Como se verá adiante, é conveniente ressaltar a polissemia do *logos* se quisermos favorecer, de modo claro, a visualização da tridimensionalidade do discurso, no que tange os seus três clássicos caminhos de convencer/persuadir. Antes de atacar, então, diretamente a questão, começo por comentar algumas fontes bibliográficas sobre o assunto, assim como alguns de seus pressupostos teóricos, no sentido de problematizar certas dicotomias conceituais com as quais estamos demasiadamente habituados. O texto, na segunda parte, conta com uma análise discursiva destinada a ilustrar as reflexões elaboradas.

Algumas fontes sobre o assunto

Antes de tudo, é interessante ressaltar que a questão da inter-relação dos meios de persuasão se faz aflorar e, por conseguinte, convoca a nossa atenção, em diversos momentos e autores, como um feixe de desdobramentos naturais das reflexões contemporâneas sobre o discurso e a argumentação. O linguista Eggs (2008), por exemplo, focalizando o *ethos*, buscou observar que o mesmo comporta, na parte reservada à *phrónesis*, uma dimensão racional e demonstrativa, ou seja, algo significativo da ordem do *logos*. É justamente nessa inter-relação que conseguimos edificar e reconstruir as “virtudes intelectuais” do orador, ou seja, uma das importantes dimensões de seu *ethos*: aquela assentada na maestria coerente/coesa nas artes do *logos*. Da mesma forma, as imagens de

si contariam, também, com o *pathos*, pois dependeriam daquilo que Aristóteles denominava *eúnoia*, a saber, o elemento *ethico* responsável pela benevolência do orador diante do seu(s) auditório(s), o que seria, portanto, propenso a dispô-lo(s) emocionalmente.

Passando à Amossy (2008), a autora nos apresenta uma reflexão semelhante, uma vez que traz à baila a dupla dimensão do *ethos*: uma reconhecidamente racional (oriunda do *logos*), outra potencialmente afetiva (proveniente do *pathos*). Plantin (2005) não foge à regra e, a seu modo, teoriza acerca da estrutura emocional do *ethos*, ligada aos estados psicológicos simulados (ou não) pela fonte da enunciação. É interessante notar que o fenômeno da tridimensionalidade do discurso, no que concerne aos seus meios de persuasão, é percebido também a partir do *pathos*, eleito agora como centro de referência: voltando à Amossy, noutro texto de sua autoria (2010), pode-se perceber a tese de que esse elemento é inseparável do *logos*, uma vez que “[...] éléments émotionnels et rationnels sont tissés dans la même trame discursive [...]” (AMOSSY, 2010, p.173). Nesse sentido, temos à nossa disposição uma série de trabalhos que buscaram demonstrar a dimensão racional dos sentimentos e/ou a sua lógica particular (ou seja, a sua parcela de *logos*, ainda que numa acepção demonstrativa, que aqui pretende-se ultrapassar), tais como Plantin (1997, 2005, 2011), Plantin, Doury e Traverso (2000) e Amossy (2010), dentre outros. De tudo isso, podemos concluir que a questão da inter-relação das provas retóricas tem sido colocada ora tendo-se o *ethos* como foco principal (como em Eggs (2008) e Plantin (2005), vistos acima), ora sob a perspectiva central das emoções e do *pathos*.

Numa perspectiva totalmente diferente (e particular), conhecida como **problematológica**, Meyer (2007, p.25) postula que “[...] o *ethos*, o *pathos* e o *logos* devem ser postos em pé de igualdade, se não quisermos cair em uma concepção que exclua as dimensões constitutivas da relação retórica. O orador, o auditório e a linguagem são igualmente essenciais.” O autor defende, assim, uma abordagem integrada dos três meios de persuasão, no âmbito de sua visão particular (problematológica) sobre a retórica, concebida como “[...] a negociação da diferença entre os indivíduos sobre uma questão dada” (MEYER, 2007, p.25). Em sua ótica, a retórica vem sendo definida, quase sempre, de modo fragmentado: algumas definições se deixaram contaminar, predominantemente, pela pujança do *logos* (Aristóteles, Perelman e Tyteca, Toulmin, Barthes, Ducrot), outras pela proeminência do *ethos* (retórica latina [Cícero, Quintiliano], Burke, Searle, Habermas) e outras, enfim, pela força arrebatadora do *pathos* (Platão, Richards [Retórica Americana], Teorias da Recepção etc.). A proposta do autor, aprofundada em Meyer (2008), constitui-se na tentativa de unificar e integrar essas três definições gerais de retórica (geralmente separadas), o que, de certa forma, levanta a questão do imbricamento dos meios de persuasão.

Como se pode perceber, a justificativa teórica para a integração das provas retóricas, iniciada por este artigo, é um pouco diferente das anteriores, pois parte das trilhas polissêmicas do *logos*, a partir da moldura filosófico-conceitual da Sofística, como veremos adiante. Porém, antes de colocar o problema por esse viés, gostaria de mencionar, a seguir, alguns entraves bem comuns ao entendimento da inter-relação dos meios de persuasão. Embora os autores mencionados acima se mostrem cruciais para o avanço das pesquisas em Análise do Discurso (AD), no que concerne ao tema proposto, alguns não se libertaram, ainda, de um apurado gosto por divisões rígidas e mecanicistas.

A igreja das dicotomias: um fetiche cartesiano

Em alguns trabalhos mencionados acima, curiosamente, algumas contradições e barreiras, bastante recorrentes, ainda parecem existir, bloqueando – mesmo que inconscientemente – a integração efetiva das provas retóricas. Eggs (2008), por exemplo, fundamentando-se na **sua** leitura de Aristóteles, separa os meios de persuasão em “dois blocos de convicção”: por um lado, encontramos o *logos* (classificado como inferencial, como raciocínio e como **argumentação**); noutro bloco da dicotomia, juntam-se o *ethos* (habitus, virtude, caráter) e o *pathos* (paixão, afeto). Por sua vez, Plantin (2005), ao mencionar os três caminhos para validarmos uma opinião, assim executa o seu divórcio diante do trio amoroso/retórico: para um lado vai, solitariamente, o *logos* (prova objetiva, proposicional); para outro, seguem, entrelaçados, o *ethos* e o *pathos* (“provas” subjetivas, não proposicionais). No primeiro caso, segundo o autor, o termo **prova** é entendido em seu “sentido estrito” (para não dizer lógico-demonstrativo), e somente no segundo como “meio de persuasão”.

Ora, não parece estranho, no caso de Eggs, o termo **argumentação** florescer apenas nos jardins do *logos*? O que restaria, então, para a dupla *ethos/pathos*? O fardo da **retórica**, essa erva daninha? Qual a pertinência da separação de algo – de uma “relação”, digamos, quase que matrimonial – que funcionava muito bem em número de três? No caso de Plantin, voltamos a trabalhar com oposições já demolidas por vários estudos enunciativos e discursivos, como a ingênua contraposição “objetividade x subjetividade”? Essas cômodas antíteses parecem nos encaminhar, direta ou indiretamente, para velhas dicotomias, tão caras ao campo dos estudos persuasivos. O que estaria, portanto, por trás dessa separação abstrata entre o *logos*, posto de um lado, e o binômio *ethos/pathos*, posto de outro? Resgatemos um conhecido raciocínio acadêmico.

Em muitos textos e autores, é comum notar que o vocábulo **argumentação** encontra-se definido por oposição a seu duplo – **retórica** –, na instauração de um antagonismo não sem consequências apreciáveis. Na literatura sobre o assunto,

a palavra **retórica** acha-se constantemente associada à **manipulação**, ou seja, a comportamentos discursivos pautados na **demagogia**, por lidar, perigosamente, com **emoções, desejos e anseios** das subjetividades humanas (aqui estaria o império do *pathos* e do seu inseparável companheiro: o *ethos*). Na melhor das hipóteses, tais investidas verbais, taxadas como retóricas, entrariam, mesmo que desastrosamente, no inventário dos “erros” (ou “vícios”) abusivos do raciocínio, propensos a **persuadir**. Bem diferente seria o *status* conferido à **argumentação**: nessa outra práxis discursiva, “superior”, “civilizada”, estaríamos diante de procedimentos **racionais** (ou **razoáveis**), tendentes a **convencer** o auditório pela exposição lógica, coerente e verídica das ideias (o reinado sublime do *logos*, em seu sentido restrito, isto é, lógico-demonstrativo).

Esse tipo de formulação, apresentada no parágrafo anterior, seria a responsável por entronizar um recorrente paradoxo conceitual – **“argumentação x retórica”** –, que possui, em seu “DNA”, a propriedade de se reproduzir em cascata, trazendo à luz outros dualismos, respectivamente análogos, tais como: **“convencer x persuadir”, “razão x emoção”, “lógica x retórica”, “não falacioso x falacioso”, “argumento válido x não válido”, “boa retórica x má retórica”, “objetividade x subjetividade”, “logos x ethos/pathos”** etc. Nesse credo/fetice, quase que de ordem epistêmico-cristã, temos até mesmo o desenho de uma polarização avaliativa acerca dos processos de influência: **“Influência do Bem (argumentação) x Influência do Mal (retórica)”**.

Na visão integrada da retórica e dos meios de persuasão, aqui defendida, opta-se por abandonar dicotomias como as citadas, visto que à Análise do Discurso não caberia traçar as normas e juízos necessários à atribuição de estatutos aos processos de influência, distinguindo, assim, os argumentos “válidos” daqueles “falaciosos” (isso seria um posicionamento crítico do observador, que é outra coisa, embora também importante). Por conseguinte, pelo menos na reflexão aqui proposta, pode-se arriscar a dizer que **argumentação e retórica** não possuem nenhuma diferenciação, e referem-se indistintamente a todos e quaisquer procedimentos discursivos aptos a produzir **intensidades de adesão** variadas numa situação específica. Como consequência, desfazem-se, aqui, as demais oposições, dentre elas a renomada dupla: **“convencer x persuadir”**. Como bem disseram Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999, p.63),

[...] a oposição convicção-persuasão não pode ser suficiente quando se sai dos âmbitos de um racionalismo estrito e se examinam os diversos meios de obter a adesão das mentes. Constata-se então que esta é obtida por uma diversidade de procedimentos de prova que não podem reduzir-se nem aos meios utilizados em lógica formal nem à simples sugestão.

Diversamente das abordagens normativas e/ou “dicotômicas”, o que importa para a análise retórica (ou argumentativa) é a elucidação do funcionamento do discurso, conjeturando as suas possibilidades de influência, independentemente da “maldade” ou “bondade” dos argumentos. No entanto, se a obsessão cartesiana continua a buscar normas nesse sentido, os únicos parâmetros possíveis seriam aqueles relacionados à **eficácia**, o que implicaria em esclarecer as prováveis inclinações (do discurso) de alcançar o **êxito** persuasivo numa circunstância qualquer. Assim sendo, é interessante insistir nisto: o discurso, em sua constitutividade, **não discrimina** enunciados (supostamente) “falaciosos” de “não falaciosos”, “lógicos” de “não lógicos”, ou “argumentativos” de “retóricos”, mas se preocupa, pragmaticamente, com aquilo que é **eficiente** para se produzir a adesão. Ademais, tudo depende, ainda, do auditório e de suas suscetibilidades de influência, balizadas por valores interiorizados e por sua ligação particular com a *doxa*. É nessa perspectiva que as possibilidades de análise se tornam múltiplas, envolvendo uma gama infinita de enunciados sociais e possibilidades de influência.

Enfim, o “fetiche” das dicotomias é algo que ainda obstrui a compreensão da inter-relação das provas retóricas, na medida em que engendra o paradoxo “*logos x ethos/pathos*”, talvez estranho aos próprios dizeres da tradição retórica. Outro obstáculo, já passando adiante, é a recorrente associação do *logos* a apenas uma de suas acepções semânticas, a saber, àquela pautada em operações mentais, em raciocínios, àquilo que o discurso demonstra ou parece demonstrar. A hipótese que venho defendendo é a de que o imbricamento de *logos*, *ethos* e *pathos* carece, principalmente, de uma compreensão mais ampla do próprio *logos*, sendo o pensamento sofisticado e/ou pré-aristotélico um legado muito esclarecedor nesse sentido. É preciso perceber, cada vez mais, que o *logos* ultrapassa, radical e pragmaticamente, a sua cômoda acepção lógico-demonstrativa (deduções, induções, antíteses etc.), englobando, também, toda e qualquer dimensão da linguagem capaz de influenciar: seleção lexical, formação de palavras, modalizações, estruturas sintáticas, ritmo, entonação etc. É principalmente a partir daí que poderíamos cogitar que, tanto o *ethos*, quanto o *pathos*, são desdobramentos semântico-discursivos do *logos*, ou melhor, de seu uso, se o encaramos, obviamente, num contexto específico, sob a égide de um determinado *kairos*. É justamente essa a questão abordada na próxima parte.

Por uma sofisticação do *logos*

Partindo da citação anterior de Perelman e Olbrechts-Tyteca, pode-se cogitar que abandonar os âmbitos de um “racionalismo estrito” (em Retórica, em AD) não depende apenas de conceber o *logos* como um conjunto de operações mentais habilitadas como **razoáveis** (ou **verossímeis**), diferentemente do que acontece

em Lógica Formal, campo em que tais operações são desejadas como **necessárias** e **perfeitamente lógicas**. Em seu resgate da Retórica, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) demonstraram muito bem essa acepção do *logos* enquanto uma razoabilidade formatada por valores e pelo confronto do orador com o seu auditório, conforme nos atesta também Amossy (2011). Trata-se, a meu ver, de um grande passo na reabilitação da Retórica no século XX.

No entanto, para se ultrapassar efetivamente o famigerado racionalismo, há de se engendrar mais radicalmente a visualização do *logos* para além da noção de “operações mentais” (sejam elas lógico-demonstrativas [Lógica Formal], ou simplesmente verossímeis/razoáveis [Retórica]). Seria preciso conceber o *logos* de modo a superar o seu “sentido estrito” de prova objetiva/proposicional, como quer Plantin, para notar a sua dimensão linguístico-gramatical, semântica e prosódica. Seria principalmente por essa via, ou seja, pela consideração efetiva dessa última e multiforme dimensão do *logos* (que chama menos a atenção, mas que não é menos importante), que poderemos nos libertar das “sequelas” de uma racionalidade cartesiana e, ao mesmo tempo, visualizar melhor o imbricamento dos meios de persuasão nos discursos públicos. Nesse sentido, como foi dito, as reflexões sofísticas são de grande valia.

Em Galinari (2011), procurei demonstrar a polissemia do *logos* a partir da Sofística e de autores contemporâneos especializados no assunto, como a autora Pinto (2000), em seu livro intitulado *A doutrina do logos na sofística*. Tal obra, dentre outras, nos mostra que o *logos* não se restringe ao campo das operações mentais, dos raciocínios esboçados na materialidade do discurso, pois, assim pensando, excluir-se-ia, pode-se interpretar, o campo do **dizer**, da **enunciação**, fenômeno instaurado/permitido por toda a complexidade material e prosódica da linguagem. Desta, os sofistas foram grandes estudiosos, abarcando várias de suas dimensões, e sempre – o que é mais importante – sob uma perspectiva retórica e comunicativa.

Protágoras, por exemplo, se ocupou da “correção” dos nomes, da sua divisão em gêneros distintos; abordou, a seu modo, a tão falada relação entre as palavras e as coisas, a questão dos tempos e dos modos verbais, além de problemas ligados ao estilo, à divisão do discurso em partes, e uma série de outras questões gramaticais. Pródico, por sua vez, não fugiu à questão crucial (e semântica) da relação entre as palavras e as coisas, estabelecendo diferenças sutis de significado entre palavras afins. Hípias, outro sofista, teria se debruçado sobre o aspecto musical da linguagem, do **dizer**, tais como o ritmo, a acentuação das sílabas, a classificação destas em longas e breves etc., o que nos leva, em termos atuais, a pensar na dimensão retórica do *logos* prosódico. No caso de Antifonte, tudo leva a crer que foi ele um estudioso do fenômeno das ambiguidades, sempre de modo subordinado a finalidades comunicativas. Górgias, fabuloso sofista e orador, foi o

pensador da natureza semântico-discursiva do *logos*, das não coincidências do dizer, da não adequação metafísica entre as palavras e as coisas do mundo, fonte de enganos e equívocos na interação retórica.

Finalmente, essas outras facetas do *logos* (óbvias, se não fosse a interferência de um pensamento logicizante), que ultrapassam (mas não descartam) o seu caráter demonstrativo, racional e/ou lógico, se mostram claras no pensamento sofisticado como uma alternativa ao *logos* platônico-aristotélico ou a releituras restritas que, modernamente, se fizeram do mesmo. Outro fato interessante é que o *logos*, na Sofística, é sempre visto em relação a outros *logoi*, com os quais entra em relação dialógica, sendo encarado numa determinada situação comunicativa ou “momento oportuno” (*kairos*). Sendo assim, na continuidade das pistas legadas por aqueles pensadores (mesmo que lacunares), pode-se conceber o *logos* como toda estrutura linguístico-discursiva que, tendo força retórica num contexto determinado (ou *kairos*), salta primeiramente aos olhos, aos ouvidos e ao entendimento. Trata-se, afinal de contas, do discurso em si e de todos os seus componentes, o que ultrapassa uma visão estritamente lógica. As dimensões argumentativas do *logos* decorreriam, então, do peso circunstanciado dos atributos materiais-textuais e semânticos das línguas humanas, nos seus registros linguístico e paralinguístico.

A partir daí, seria verossímil pensar, didaticamente, em várias modalidades de *logoi* possíveis e, o mais importante, complementares na instauração da adesão, tais como: “*logos*-palavra”, com todo o peso retórico da formação de vocábulos e da seleção lexical, “*logos*-sintaxe”, “*logos* prosódico”, “*logos*-raciocínio”, “*logos* inferencial”, com seus pressupostos e subentendidos, “*logos*-narração”, “*logos*-descrição”, “*logos*-enunciação (em primeira, segunda e terceira pessoas) etc. Obviamente, todas essas e outras dimensões do *logos*, incluindo – por que não! – os raciocínios, reforçam ou constroem opiniões, “teses” ou visões de mundo, a partir de sua estrutura cognitiva e referencial, mas se desdobram, também – eis a questão –, no *ethos* e no *pathos* durante a interação. Em outros termos, isso equivale a dizer que o *ethos* e o *pathos* (as imagens de si e as emoções suscetíveis no auditório) só se tornam realidade **a partir** do discurso, ou seja, do uso de sua estrutura, de seus raciocínios, em suma, de tudo o que se chamou acima de *logos*.

Sem o *logos* em toda a sua complexidade, ou melhor, sem o uso de sua estrutura num determinado *kairos*, a busca pelo *ethos* e o *pathos* – atrelados a ele – torna-se uma viagem a esmo. Ademais, o resgate da sua rede polissêmica coloca imediatamente como problema (ou solução!) a impertinência de se considerar o *ethos* e o *pathos* de modo independente (ou separado abstratamente) do *logos*, como se aqueles fossem recursos “autônomos” de persuasão. É nessa moldura especulativa que se torna cabível questionar oposições como as de Plantin (2005) e de Eggs (2008), que, numa caprichosa engenharia, interpuseram

uma barreira entre o *logos* (prova “objetiva”, “proposicional”, “argumentativa”) e a dupla *ethos/pathos* (provas “subjetivas”, “não proposicionais”). Na verdade, quando tratamos do *ethos* e do *pathos*, apreendidos numa análise por toda sorte de meios linguístico-discursivos, estamos, mesmo que não nos demos conta, abordando também o *logos* (em uso), o que invalida qualquer diferenciação conceitual dicotômica, em termos de objetividade/subjetividade. O *logos* retórico/sofístico, relativo à linguagem em seu manejo persuasivo, é sempre proferido num determinado contexto ou *kairos*, numa certa relação particular com a *doxa* (valores/imaginários/saberes etc.), o que demonstra a sua incontornável subjetividade ao lado do (por conter o) *ethos* e o *pathos*.

Como ressaltei em Galinari (2011), acredito que um interessante caminho a ser desenvolvido seria o estudo dos modos de inter-relação das provas retóricas e de suas dinâmicas na instauração de adesões diversificadas. A estrutura prosódica, por exemplo, enquanto **logos rítmico** (ou qualquer outra dimensão do dizer), é capaz de construir, durante a enunciação, alguma imagem de seu emissor (*ethos*) e/ou suscitar emoções nos interlocutores (*pathos*). É nesse sentido que, potencialmente, o *logos* é capaz de se transmutar e de se transcodificar em *pathos*, alterando os afetos humanos. Nessa mesma dinâmica, ele se desdobra, concomitantemente, no *ethos* do orador, apresentando discursivamente o seu caráter. Tudo depende, mais uma vez, de nossa capacidade de **relativizar**, de olhar para o discurso por diferentes ângulos, sem o preconceito teórico de categorias rígidas e fixas aprioristicamente. A partir do *logos* retórico, de sua verdade construída/reforçada discursivamente, das ações que ele sugere, podemos perceber, num segundo momento ou olhar, o *ethos* que daí aflora e, num terceiro momento, as emoções passíveis de serem deflagradas (o *pathos*). É nesse sentido que as provas retóricas, mais do que categorias autônomas ou independentes, se nos apresentam como três “ferramentas de leitura” (ou “ângulos”) para se compreender profundamente o discurso em ação. Tudo isso reclamaria, convém insistir, uma apurada flexibilidade da parte do analista, ou melhor, uma competência prático-filosófica de relativizar, para além de dicotomias sacralizadas por nossa Ciência.

Finalmente, diante do exposto, pode-se esboçar um pequeno passo a passo metodológico capaz de nortear uma análise discursiva, mesmo se hipotético e provisório, levando-se em consideração a inter-relação dos meios de persuasão desenvolvida anteriormente. Para analisar um discurso, portanto, poderíamos seguir o roteiro seguinte, embora não necessariamente na ordem apresentada:

- 1) Tomar o *logos* como ponto de partida, apreendendo-se as visões de mundo e as ações postuladas por seu uso. Mas deve-se entender bem: trata-se, aqui, do **logos retórico/sofístico**, não redutível à sua acepção demonstrativa ou lógica. É importante ressaltar que esse pontapé inicial de investigação discursiva não possui a menor eficácia analítica se não tivermos em mente, bem claros, (i) a

complexidade estrutural do *logos*, que vai desde os vários aspectos elementares da linguagem (morfologia, sintaxe, prosódia etc.) até os raciocínios esboçados pelos mesmos no desenvolvimento textual, (ii) o seu caráter dialógico e responsivo diante de outros *logoi*, (iii) o seu vínculo com a *doxa* e/ou toda sorte de saberes partilhados (valores, representações sociais, estereótipos, ideologias etc.), (iv) a sua figuração e sentido num determinado contexto ou *kairos*, (v) a sua potencialidade de gerar, no plano da adesão, uma multiplicidade de impactos não redutíveis, por sua vez, a uma adesão meramente intelectual (fazer-criar), estendendo-se também a adesões comportamentais (fazer-fazer) e emotivas (fazer-sentir). Tudo isso implica, obviamente, em se considerar, ao se partir do *logos*, as suas usuais condições de produção e o enquadramento genérico do discurso.

- 2) Apreendidos os aspectos mais relevantes do *logos*, assim como as teses e ações/comportamentos postulados por ele, notar como essa mesma estrutura se transcodifica no *ethos* da instância de produção do discurso (seja ela individual ou coletiva), revelando, dizendo ou mostrando as diversas nuances de seu caráter: qualidades, defeitos, personalidade, estilo, gostos, preferências políticas, ideológicas, religiosas, temperamento etc., e como tudo isso ajuda a reforçar teses, ações e emoções na instância de recepção do discurso. No caso desta última forma de adesão (“sentimental”), chegamos automaticamente ao item abaixo.
- 3) Apreender/especular, em função de algum conhecimento que temos acerca do auditório (seus valores, visões de mundo, anseios e desejos humanos, expectativas psicossociais, perfil emotivo etc.), como o *logos* se desdobraria no *pathos*, sendo passível de deflagrar emoções como efeito discursivo. Obviamente, se não conhecemos bem o auditório ou não temos os meios de acessá-lo de alguma forma, essa tarefa se torna complicada, mas isso não nos impede de especularmos sobre auditórios possíveis, com diferentes perfis psicológicos, sobre os quais o (mesmo) discurso ou *logos* instauraria determinadas emoções.
- 4) Observar como o *ethos*, por sua vez, é também um elemento fundador do *pathos*. As imagens de si, relativas a uma instância enunciativa que se diz/se mostra de um modo (e não de outro), no momento em que passam por uma avaliação ou uma reação responsivo-moral por parte do auditório, podem desencadear emoções variadas. Em Galinari (2007), tratei melhor essa questão, com base em Plantin e Mainueneau, apontando como o *ethos* pode se desdobrar em *pathos*, mas sem deixar de ser *ethos*. Isso se deve à sua capacidade de agir por empatia, identificação e transferência, incorporando (ou não) ético-emotivamente o interlocutor.
- 5) Observar, enfim, pela via do *pathos* e do ato/tentativa de “fazer-sentir”, a edificação do *ethos*. Essa questão foi colocada em Galinari (2012) e parte do pressuposto de que alguma imagem de si, altamente patêmica, pode surgir quando o interlocutor identifica, durante a leitura ou a escuta, alguma tentativa ou algum manejo das emoções (aparentemente intencional) por parte do locutor. Assim, por exemplo, o sujeito que busca emocionar (seja de que forma for) poderia mostrar, no desenrolar deste ato, um caráter (*ethos*) de demagogo, de manipulador, de sincero, de pessoa

sensível etc., em função da avaliação particular do discurso pelo seu auditório segundo a relação particular deste com a *doxa*.

É importante ressaltar que esse passo a passo metodológico não se trata de uma “fórmula” e, como tal, uma “camisa de força” para o analista, mas apenas um caminho possível de análise a partir do *logos* ou, mesmo, uma forma (dentre outras possíveis) de se organizar a investigação de um dado *corpus*, levando-se em conta que os meios de persuasão são “três lados” da mesma moeda, três dimensões inseparáveis ou três ferramentas para se analisar o discurso. Vejamos, na próxima etapa, uma tentativa de ilustrar tudo o que foi visto até aqui.

Breve análise de “Como em Pompeia”

O texto anexado ao fim deste artigo materializa o discurso de um conhecido colunista brasileiro: Diogo Mainardi. Trata-se de um texto publicado na sua coluna on-line da revista *Veja*, em 07 de agosto de 2010, com o sugestivo título “Como em Pompeia” (MAINARDI, 2010). Para visualizar os recursos retóricos ali utilizados, seguindo o passo a passo metodológico esboçado acima, a proposta é partir do *logos* em toda a sua complexidade, mas levando-se em conta as condições de produção do discurso e o enquadramento genérico do mesmo. Rapidamente, então, faz-se interessante ressaltar algumas informações pertinentes.

Primeiramente, deve-se lembrar que o discurso circulou numa **circunstância** muito **oportuna** (ou *kairos*), em que o país se encontrava às vésperas das eleições presidenciais de 2010. O primeiro turno ocorreu, de fato, no dia 03 de outubro; já o segundo deflagrou-se no dia 31 do mesmo mês. Naquele andar de “plumagens” e carruagens, as candidaturas já haviam sido definidas e registradas, e a propaganda eleitoral gratuita começara no dia 17 de agosto, ou seja, 10 dias depois da publicação de “Como em Pompeia”. A atmosfera social já se encontrava, portanto, tensa, suscetível a toda sorte de emoções políticas. O texto de Mainardi não poderia “desertar” da guerra política em curso e, como se pode perceber, era esse o seu tema central: eleições 2010, de modo geral, e Dilma Roussef, de modo (bem) particular, candidata pela coligação encabeçada pelo PT (Partido dos Trabalhadores) e que, como tal, obteve a vitória no referido pleito diante de seu principal rival: José Serra, do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira).

Outro dado relevante das condições de produção do discurso relaciona-se ao próprio orador – Diogo Mainardi –, ou melhor, a uma faceta bem relevante de seu **ethos prévio**, entendendo-se por essa terminologia um conjunto de “imagens de si” já existentes e anteriores ao discurso anexado neste artigo: estamos falando de um colunista renomado e/ou conhecido no Brasil, principalmente pelo poder de difusão da revista *Veja* (Editora Abril), madrinha midiática que o

tornou uma espécie de “celebridade intelectual” (polêmica), amado por muitos, odiado por tantos. Consagrou-se por suas posturas políticas dadas como críticas e demolidoras de tendências que “se dizem” de esquerda (ou que realmente o sejam!). Dentre tantos fatos significativos, podemos citar o seu “*best-seller*” intitulado *Lula é minha anta*, de 2007, que reúne uma série de crônicas publicadas em *Veja* que buscaram criticar radicalmente o Governo Lula e, dentre outros fatores, explorando assiduamente o escândalo de corrupção conhecido como “o mensalão”.

Tendo em vista tais informações, há de se ressaltar, ainda, o significativo fato de estarmos diante do gênero “coluna” ou “artigo de opinião”, que, por si só, já nos sinaliza se tratar de um enquadramento textual caracterizado por uma subjetividade escancarada e pela presença confessada de estratégias argumentativas, ambiente propício ao desenvolvimento aberto de pontos de vista. Tudo isso já nos dá uma expectativa dos posicionamentos e das dimensões retóricas que encontraremos pela frente, funcionando como pistas importantes para a análise e como fonte fundadora de (efeitos de) sentido. Por exemplo: conhecendo o contexto, os parceiros envolvidos na troca, o **ethos prévio** de Mainardi e as características do gênero, já podemos esperar/prever um posicionamento político contrário à eleição de Dilma Rousseff e, até mesmo, à legitimidade moral de sua candidatura. E o autor não nos decepciona. Vejamos, então, alguns aspectos do *logos* retórico/sofístico no interior desse enquadramento genérico-contextual, sem a pretensão de esgotar os mínimos detalhes do texto.

Entre *logos* e *kairos*: imagens superpostas da catástrofe

Tudo começa (linhas 1 a 3) com um excerto retirado do próprio desenvolvimento do discurso (presente, mais uma vez, entre as linhas 21 e 23), em que a conjunção “se” encabeça uma oração condicional, fundando a igualdade de Dilma Rousseff a Ceium Secundum como uma condição **necessária** para a sua radical semelhança com outra figura – Cuspium Pansam –, o que é reforçado pelo anafórico “ela” e pelo marcador textual “também”. Esses recursos do *logos*, sintáticos e morfológicos a um só tempo, já nos propõem de início uma operação mental fundadora de uma das principais teses do discurso em voga: a semelhança entre a candidata e as longínquas figuras do passado pompeiano. Resulta daí uma **analogia** ou **associação** tão importante para o projeto retórico do colunista, que ela é reforçada/atualizada, enquanto **tese**, a todo o momento no texto, pelos próprios poderes argumentativos do *logos* enquanto **dizer**, enquanto referência.

Essa recorrência da associação, enquanto efeito do próprio dizer, ou seja, do *logos*, visto semanticamente como construtor do “real”, se dá de diversas maneiras: (i) primeiramente, com a utilização do predicado cristalizado (ou

estrutura modalizante assertiva) “é igual a”, que exige sempre um nome como complemento (seja ele Dilma Roussef [linha 4], Ceium Secundum [linhas 1, 5 e 21] ou Cuspium Pansam [linhas 1 e 21]). “É igual a” aparece, assim, 2 vezes na linha 1, 2 vezes na linha 4 e mais 2 vezes na linha 21. Na linha 1, especificamente, a relação de associação é ainda repisada pelo operador textual (reformulativo) “melhor dizendo”, pelo qual a mesma estrutura (“Ceium Secundum é igual a Dilma Roussef”) se vê caprichosamente invertida, trocando-se, prolixamente, o sujeito pelo seu predicativo, o que gera um efeito de amplificação da referida tese; (ii) a associação encontra-se presentificada, ainda, com o auxílio de outros recursos do *logos*: na linha 14, temos o emprego da estrutura reflexiva “se assemelham”, seguida da estrutura correlativa e anafórica “tanto um quanto o outro”, colocada na posição de sujeito do próximo período. Na linha 21, lê-se novamente o anafórico “também”, que (re)introduz Cuspium Pansam na associação entre o mesmo e Dilma Roussef. Por fim, nota-se, na linha 30, a expressão comparativa “assim como”, que vincula novamente a então candidata, nas palavras do autor, às duas “múmias pompeianas”.

Dito isso, vale dizer que tal associação, atualizada no desenrolar de todo o texto, só tem razão de ser quando o enunciador-columnista nos diz quem é Ceium Secundum (a partir da linha 5) e Cuspium Pansam (a partir da linha 22), “informações” talhadas com arte e que se somam na construção de uma espécie de “espelho mágico” para Dilma Roussef. É para tanto que, primeiramente, Ceium Secundum nos é apresentado entre as linhas 5 e 7, a partir de um pequeno entimema ou raciocínio dedutivo, formalizável da seguinte maneira:

[Entimema 1]

- ❖ Aquele que foi soterrado, em Pompeia, pelas cinzas do Vesúvio quase 2000 anos atrás, é um morto e uma múmia (**premissa maior/ausente do texto**¹).
- ❖ Ele (Ceium Secundum [assim como Cuspium Pansam, pode-se acrescentar]) morreu quase 2000 anos atrás, quando as cinzas do Vesúvio soterraram Pompeia (**premissa menor/presente no texto**).
- ❖ Ele é, **portanto** [assim como Cuspium Pansam], um morto e uma múmia (**conclusão/presente no texto**).

A imagem-tese, ou conclusão, de que os políticos pompeianos são “mortos” e “múmias”, no sentido estrito dos termos, nos é apresentada pelo *logos* enquanto raciocínio dedutivo, apoiado e ativado, por sua vez, pelo *logos* enquanto conectivo (“portanto”). Com todas as informações vistas até aqui, mesmo que parciais, a estrutura do texto, com seus recursos linguísticos e (quase) lógicos, já apresenta

¹ Entende-se por “ausente” o fato de o conteúdo da premissa não estar formulado textual e explicitamente, mas dado como pressuposto, ou seja, como um saber já partilhado pelos interlocutores.

subsídios para que o leitor construa, inferencialmente, uma série de outros raciocínios (também dedutivos), projetados implícita e/ou insinuatamente pela materialidade do discurso. Basta que ele entre no jogo do enunciador-colunista e monte, facilmente, as peças do quebra-cabeça:

[Entimema 2]

- ❖ Dilma Roussef é igual a Ceium Secundum [assim como, **também**, a Cuspium Pansam] (**premissa maior/presente**).
- ❖ Ceium Secundum [assim como Cuspium Pansam] é um morto e uma múmia (**premissa menor/presente**).
- ❖ **Portanto**, Dilma Roussef é uma morta e uma múmia (**conclusão/ausente/pressuposta/insinuada**).

Trata-se de um entimema paralelo ao anterior, mas com um significativo diferencial: a sua ultrajante conclusão encontra-se **pressuposta**, ou seja, não dita abertamente, dependendo da cooperação ativa do leitor e de sua capacidade de inferir a partir de dados explícitos, a saber, da associação de Dilma às duas figuras pompeianas, em primeiro lugar, e da definição entimemática de tais personagens, como mostrado no entimema 1. É interessante notar, aqui, um escaminho deslize de sentido que certas palavras (“morto” e “múmia”) contraem, na escorregadia passagem do primeiro para o segundo entimema. Em relação a Ceium Secundum e Cuspium Pansam, elas designam, denotativamente, seres já “sem vida”, “falecidos”, e/ou “cadáveres” conservados/preservados pelo tempo, respectivamente. Em relação à Dilma Roussef, que estava “bem viva” na época da escrita do texto, tais termos só poderiam designar de modo figurado e pejorativo, atribuindo à então candidata imagens degradantes como as de pessoa “atrasada”, “anacrônica”, “decadente”, “dependente”, sem iniciativa ou personalidade próprias. Em suma, uma criatura sem voz, pensamento ou expressão pessoal.²

Em outros termos, sem perder de vista o contexto político-eleitoral, o deslize semântico fabricado pelo *logos* nos revela a imagem-tese, superposta às demais, de alguém sem vida política própria, sem posicionamento e expressão particulares. Tudo isso é reforçado, e dessa vez explicitamente, no interior do próprio texto, no momento em que se afirma, por exemplo, pelo recurso ao discurso reportado (de “Fernando Henrique Cardoso”), que Dilma Roussef “nunca fala” ou, sequer, seria um ser pensante (linhas 16-19). Nesse trecho, lemos um diálogo significativo do *logos* mainardiano com outros discursos sociais, no sentido de mostrar o seu acordo e consonância: trata-se, pode-se cogitar, do discurso tucano (PSDB),

² Temos aqui o que se poderia chamar, segundo a Teoria das Falácias, de “falácia semântica”, relativa à mudança de sentido de um mesmo termo durante a argumentação, explorando o fenômeno das ambiguidades.

se nos baseamos na fala reportada do ex-Presidente da República, que, por si só, funcionaria (para alguns) como argumento de autoridade, incrementando e transcodificando-se no (“bom”) *ethos* do enunciador-colunista.

Prosseguindo com a análise, é conveniente mostrar que o *logos*, com todos os seus recursos morfossintáticos e lógicos, não para por aí, e ativa outros raciocínios no desenrolar do texto, com base na primeira associação apresentada. Mais uma dedução entimemática se soma aos nossos olhos entre as linhas 7 e 16, introduzida pelo operador textual “além de” (linha 7), que pode ser formulada da seguinte maneira, resumindo o trecho citado:

[Entimema 3]

- ❖ Dilma Roussef é igual a Ceium Secundum [assim como, **também**, a Cuspium Pansam] (**premissa maior/presente**).
- ❖ Ceium Secundum [e Cuspium Pansam] era candidato a um cargo público e só possuía um atributo eleitoral: o apoio de quem os gerou (um pai/padrinho) (**premissa menor/presente**).
- ❖ **Portanto**, Dilma Roussef é candidata a um cargo público e só possui um atributo eleitoral: o apoio de seu pai/padrinho (**conclusão/presente**).

Novamente, é a partir da associação entre Dilma Roussef, Ceium Secundum e Cuspium Pansam, atualizada no decorrer de todo o texto, que se chega à nova conclusão ou tese acima, acrescentando-se uma premissa menor através do operador “além de” (linha 7), em que Ceium Secundum se vê como alguém sem competência para ocupar um cargo público, tendo como único atributo o apadrinhamento do pai, ou seja, atributo algum, pelo menos na ótica do autor. A conclusão acima, diferentemente do entimema precedente, é explicitada e reforçada pelo pronome “isso” (na expressão modalizante assertiva “é nisso que”), na linha 14, que, somado ao uso do reflexivo (“se assemelham”), retoma anaforicamente o conteúdo da linha 13 (“seu pai o apoia”) e aponta, cataforicamente, para a frase seguinte: “tanto um quanto o outro só possuem um atributo eleitoral: o apoio de quem os gerou” (linhas 14 e 15). Obviamente, na sequência, o enunciador mainardiano explicita nominalmente o referente para o famigerado pai/padrinho de Dilma: o Presidente Lula.

Tal tese, imagem ou conclusão acerca da candidata Dilma, ou seja, o suposto fato de ela possuir, como atributo ou qualidade, apenas o fato de ser “apadrinhada” por Lula, aparenta ser o principal efeito intelectual (fazer-criar) do **logos retórico/sofístico** presente no texto. Isso porque ela é reforçada e atualizada, novamente, a partir da linha 21, quando entra em cena o comparante Cuspium Pansam, já aludido anteriormente. Lula é colocado como **aposto** na linha 26, ganhando ênfase como o padrinho de Dilma e como aquele que pede

para nela votar há mais de dois anos, “libertina e oportunisticamente”, como fizera Fabius Eupor na antiga Pompeia. Sem entrar em maiores detalhes, e para citar mais alguns aspectos importantes do *logos* presentes no texto, deter-me-ei no pequeno trecho que vai da linha 30 (“Assim como...”) à linha 36 (“...padrinho”), fragmento que também reforça a tese presente no entimema anterior, mas de modo bem particular. Vejamos.

Nesse momento, Mainardi nos agracia com uma impactante “mininarrativa”, atualizando novamente, em seu início (linhas 30-32), a associação entre Dilma, Ceium Secundum e Cuspium Pansam. Para tanto, se vale da expressão conjuncional comparativa “assim como” e do aposto “múmias pompeianas”, que designa as duas últimas figuras. Essa jogada discursiva, além de reforçar, mais uma vez, a tese presente no entimema 2, a saber, a de que Dilma Roussef é uma “múmia” (leia-se alguém sem personalidade própria e incapaz de governar um país), vem reforçar também a tese do entimema 3, pois afirma que, do passado a hoje, ela “sempre se manteve à sombra de alguém”, ou seja, de algum pai/padrinho. Como se vê, as duas teses são interdependentes, formando, quase que musicalmente, uma espécie de contraponto melódico, partindo de uma analogia (forjada) entre a candidata e certos personagens escolhidos a dedo do passado italiano. A partir daqui, enreda-se um pequeno testemunho de vida, um pequeno efeito de biografia, em que se nota claramente o uso dos pretéritos perfeito e imperfeito (“manteve”, “participava”, “era”, “casou-se”, “trocou-o”, “se tornou”), relatando-nos ações, estados e acontecimentos encadeados por operadores textuais de temporalidade, como “quando” (conector interfrástico que indica tempo simultâneo entre o conteúdo das frases [linha 32]), por um lado, e “primeiro” e “depois” (marcadores que justapõem e ordenam eventos no tempo/ espaço [linhas 33-34]), por outro.

Dessa forma, o texto evoca um arquivo, uma memória, ou melhor, saberes enciclopédicos relativos à tão falada participação da candidata na luta armada, na oposição cerrada à ditadura militar, mas ressignificando tal participação à sua maneira: na versão do autor, Dilma só teve importância enquanto “mulher”, sendo o seu singular estatuto o de “Amélia”. O *logos* aqui, com todos esses recursos (operadores textuais + pretéritos) e, também, com o uso dos termos “mulher” e “Amélia” adjetivizados, vem documentar a tese (insinuada/implícita) do não protagonismo político da candidata na luta armada contra a ditadura: ela teve importância, novamente, não como agente político, como subjetividade e inteligência atuantes, mas como alguém que estava na “cozinha” do levante, na parte secundária da luta.

Nesse ínterim, nota-se, como já se vem mostrando, a escolha do léxico enquanto dimensão fundamental do *logos*, além de tempos verbais e operadores: Dilma “casou-se”, primeiro, com alguém designado pelo sintagma “um

terrorista” (artigo indefinido [que despersonaliza] somado a um termo por si só já extremamente pejorativo [“terrorista”]), fato que aponta para a possível tese, também implícita, de que, além de ter papel secundário na luta armada (pois era “mulher”), não sabia escolher muito bem seus parceiros. Como se não bastasse, dá-se ainda a escolha do carregado verbo “trocar” flexionado no pretérito, indicando-nos a suposta atitude marcante da candidata de ter substituído “um” terrorista por “outro” (sendo este um pronome indefinido que, também, despersonaliza o já negativo termo “terrorista”).

Cabe aqui uma pequena especulação: sabemos, de acordo com fragmentos dóxicos caros à cultura brasileira, com seus valores e imaginários, notadamente machistas e heteronormativos, que aquelas mulheres que “trocam” um homem por outro (promiscuamente?), principalmente homens dados como desprovidos de qualquer qualificação moral, são taxadas com termos axiologicamente pesados, para os quais o texto de Mainardi implicitamente nos conduz, numa pintura retórica e grotesca da personagem Dilma (em relação a tais termos/palavrões, e mantendo-me fiel a um certo “pudor” acadêmico, prefiro deixar ao leitor o papel de “adivinhá-los”...). Não é à toa, enfatiza o colunista, com o uso de uma estrutura sintática condicional (interrompendo os pretéritos) que, “se Dilma Rousseff fosse iraniana, já estaria condenada à morte” (linhas 34-35). E a “coisa” não para por aí...

Retomando a pequena narrativa, ou melhor, o pequeno “curta-metragem” sobre a vida de Dilma Rousseff, o autor nos esclarece o **modo** como a candidata construiu a sua carreira, e assim somos presenteados com o clássico clichê adverbial “de marido em marido” (linha 35). Tal expressão insinua, de modo peculiar, uma carreira no mínimo suspeita, tendo como clímax o apadrinhamento de Lula. Ora, esse pequeno recurso do *logos* (“de marido em marido”), enquanto índice de modalização e expressão da subjetividade do enunciador, torna-se, coroando-se tudo aquilo que vinha antes, um poderoso elemento, carregado de imagens-tese (subentendidas) para as quais o texto nos conduz, novamente contando-se com valores e julgamentos machistas que circulam na *doxa* nacional. O leitor, assim, essa seria a aposta de Mainardi, teria todos os elementos para concluir, inferencialmente, a tese de que estaríamos diante de uma mulher sem escrúpulos, de feições arrivistas e interesseiras, que se aproxima de homens (ou maridos) como o único meio do qual dispõe para obter sucesso na vida. O recurso adverbial é carregado de malícia e, além de contar com nossa capacidade de inferir, é enfatizado e dinamizado pela locução “foi fazendo”, que contém um aspecto verbal durativo e/ou inconcluso (do passado até chegar a Lula), indicando-nos os (maus) hábitos e costumes da candidata, ou melhor, uma maneira de viver promíscua, orquestrada como um trampolim indigno para a obtenção de êxito social e político.

Novamente, vemos aqui a potencialidade do *logos*, por meio da conjugação de seus vários setores estruturais, de nos transmitir diversas imagens-tese sobre o mundo que se superpõem, nos mostrando uma candidata sem expressão política, sem importância histórica, capaz de frequentar homens da pior espécie e sem qualquer dignidade ou especificação (**um** ou **outro** terrorista), trocando-os, a seu bel prazer, num comportamento julgado como imoral para uma mulher segundo os moldes de um imaginário conservador. Estamos, enfim, confrontados a uma “morta”, a uma “múmia”, cujo único atributo eleitoral é o apoio de Lula. Para arrematar (linhas 37-38), o autor conclui energicamente o seu raciocínio alertando-nos para os “perigos” da eleição de Dilma Rousseff, construindo uma alusão dramática à tragédia que destruiu Pompeia: com mais um artifício do *logos* enquanto dizer, ou melhor, com o uso de outra oração condicional encabeçada por “se”, orquestrada em “tom” convicto pela presença anterior de uma expressão modalizadora assertiva (“o que se sabe é que”), afirma-se categoricamente que “o Brasil será soterrado por cinzas ancestrais” (note-se a mudança profética do tempo verbal para o futuro [“será”]). Temos, com tudo isso, pelas artes do *logos*, a tese de que Dilma representa, a um só tempo, um perigo e um ancestral atraso político para a realidade brasileira.

Enfim, vimos acima uma série de teses e visões de mundo construídas pelo **logos retórico/sofístico**, com seus raciocínios e aspectos linguísticos variados, observados numa dada conjuntura (ou *kairos*). Mas, em função do próprio contexto (político-eleitoral), deve-se ressaltar, ainda, que a adesão não para por aí, a saber, num âmbito meramente intelectual, como se os interlocutores se limitassem a se colocar, mentalmente, de acordo (ou não) diante de uma opinião construída pelo texto, implícita ou explicitamente. Se um “fazer-criar” é instaurado por uma sucessão de imagens-tese que se superpõem, é no sentido de afetar as ações e os comportamentos da instância cidadã, ou seja, no âmbito da vida cotidiana: falar mal da candidata Dilma, zombar e fazer piadas de sua pessoa, fazer propaganda política opositora, divulgar seus defeitos e seus interesses escusos, denunciar as “macaquices” de Lula e, em suma, não votar na candidata, seja escolhendo o candidato tucano (José Serra) ou, até mesmo, outra candidatura (Marina Silva, do PV). Em função do contexto, podemos inferir com segurança que, se existe um “fazer-criar” (a teses/imagens/opiniões), é somente como uma adesão intermediária para se chegar, com relativo êxito, a um “fazer-fazer” (ações e comportamentos). Para tanto, o autor conta ainda com as dimensões do *ethos* e do *pathos*, que emergem naturalmente do próprio uso de tudo aquilo que se chamou, acima, de *logos*. Passemos, portanto, aos poderes do *ethos*, chegando ao item 2 do passo a passo metodológico acima esboçado.

O *ethos* no *logos*: entre “genialidade” e “demagogia”

Uma primeira observação a ser feita diz respeito ao ***ethos prévio*** de Diogo Mainardi (2010), que é bastante relevante nesse caso, pois o colunista, antes mesmo da enunciação de “Como em Pompeia”, já era (e é) conhecido por significativa parte do auditório nacional, tendo já uma “fama” e uma “reputação” solidificadas, seja como colunista e/ou escritor, seja como ativista político dotado de opiniões marcantes e polêmicas. Nesse caso, sua imagem funde-se à imagem de *Veja*, também já conhecida como veículo de informação que se posiciona, no campo político, claramente como oposição ao PT (Partido dos Trabalhadores). O ***ethos prévio*** de Mainardi, dependendo dos segmentos sociais e ideológicos que compõem o vasto auditório brasileiro, ora é tido em “boa estima”, no caso de sua legião de admiradores, que coaduna com seu estilo e ideias (notadamente opositores ao Governo Lula, ao PT e a modelos esquerdistas em geral [Hugo Chávez, Fidel Castro etc.]), ora é tido como *persona non grata* por cidadãos e instituições ligados às esquerdas em geral e, em particular, pelo PT. No caso de leitores indiferentes e/ou do senso comum (“desligados” da política), o ***ethos prévio*** poderia vir a ter um impacto menor, e a instituição da adesão poderia se dar no embate da leitura textual, observando-se, predominantemente, o *logos* enquanto raciocínio e proposições linguísticas (gerando, por exemplo, um “fazer-refletir”). Já em relação àqueles que, previamente, têm Diogo em “má estima”, poder-se-ia, por outro lado, haver já um desacordo prévio à leitura, uma grande desconfiança diante do texto ou, mesmo, a recusa em se ler a citada coluna.

Mas, diante de seu grupo particular de leitores e/ou admiradores, pode já haver uma significativa “comunhão dos espíritos” entre a instância de produção e a instância de recepção do discurso, âmbito em que a adesão diante do autor já se formata de antemão. Nessa ótica, vale a definição de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) para a argumentação: trata-se de um meio, nesse caso, para se **reforçar** a adesão das mentes (que já existe), e não para instituí-la pela primeira vez. Estamos, assim, diante do emblemático caso de persuadir aqueles que já pensam como o orador, que possuem os mesmos valores e engajamentos sociopolíticos (ou tendências para tanto). Nesse caso, as teses e as ações postuladas pelo *logos*, vistas acima, recebem apenas uma “bênção” de um auditório cativo, um reforço ou uma amplificação, por terem sido formuladas e argumentadas por um ***ethos prévio*** já consagrado.

Como se vê, o *ethos* (seja ele **prévio** ou **presente** no discurso analisado) adquire sua eficácia e sentido de acordo com o perfil do auditório, ou seja, seus valores e visões de mundo, tendo sua plausibilidade variando de comunidade

para comunidade, de grupo para grupo e, mesmo, de pessoa para pessoa. Daí a necessidade, quando não conhecemos concretamente o leitor,³ de, ao menos, especularmos sobre os seus possíveis perfis, para uma melhor sondagem dos prováveis impactos retóricos advindos da circulação de um discurso. Temos de ter sempre em mente que é o auditório quem **avalia** as argumentações, por meio de julgamentos responsivo-morais, balizados, conscientemente ou não, por sua filiação particular à *doxa* (valores, ideologias, representações sociais etc.). Mas deixemos de lado o **ethos prévio** de Mainardi para notarmos, em “Como em Pompeia”, como se dá a transcodificação do *logos* (visto acima) em **ethos presente**.⁴

Diante de tudo o que foi visto, não é tarefa difícil verificar as imagens de si do enunciador mainardiano que brotam da estrutura do *logos*, ao postular determinadas teses superpostas e comportamentos para a instância cidadã. Primeiramente, retomemos, juntamente com a repisada associação entre Dilma, Ceium Secundum e Cuspium Pansam, todos os artifícios linguísticos e lógico-dedutivos que desembocaram (i) na conclusão (pressuposta) presente no entimema 2 (“Dilma é uma morta e uma múmia”) e (ii) na conclusão (explícita) do entimema 3 (Ela só possui como atributo eleitoral o apadrinhamento de Lula, ou seja, nenhum mérito em si mesma). Sem entrar em detalhes, é interessante perceber como o próprio *logos* se desdobra no *ethos* do enunciador, revelando seu estilo, sua personalidade, seus valores, seu engajamento político e intelectual. Ao insinuar que a candidata é uma “morta” e uma “múmia”, em sentido figurado, ou seja, sem expressão ou iniciativa política, o texto parece formatar um **insulto**, descambando para o chamado argumento *ad hominem* (falacioso). A ofensa pessoal sempre foi uma tópica recorrente no discurso político e, nesse caso, ao ser feita sutilmente por meio de uma conclusão não dita abertamente (mas, justamente, “mal dita”!), o enunciador se mostra ardiloso, um malabarista eficaz de palavras, além de sarcástico e um crítico visceral. Mostra-se, podemos inferir, até mesmo como um “eu” corajoso, sem “papas na língua”, capaz de dizer o que quer/pensa, “doa a quem doer”, independentemente da ligação ao poder instituído dos alvos de seus disparos.

³ Obviamente, podemos dizer que conhecemos bem boa parte do auditório concreto de Mainardi e de *Veja*: os assinantes da Revista e/ou os leitores esporádicos que simpatizam com suas ideias e estilo. De certa forma, eles já se encontram implícitos, construídos e projetados pela enunciação, mas, ao seu lado, dada a alta tiragem e circulação da Revista, podemos especular, como se verá, uma série de outros interlocutores possíveis com perfil diferenciado que, por ventura, poderiam ter lido *Veja* e Mainardi por um ou outro motivo, ou mesmo por acaso.

⁴ Por **ethos presente** entendo as imagens de si que se erigem a partir da estrutura do discurso analisado (no caso, do texto “Como em Pompeia”), diferentemente do **ethos prévio**, que se assemelha à reputação do autor construída anteriormente à enunciação do texto em foco e já conhecida pelo auditório. Em Galinari (2012), justifiquei detalhadamente a razão de ser preferível a terminologia **ethos presente** no lugar da habitual **ethos discursivo**, sinônimas a princípio.

O *logos* se transmuta no *ethos*, acirrando o caráter maldoso, mordaz e provocante do enunciador, também com a leitura da mininarrativa de vida inserida entre as linhas 30-36. Obviamente, ao insinuar o comportamento promíscuo da candidata (“de marido em marido”), a sua incompetência na escolha de seus parceiros (“**um** ou **outro** terrorista”) e o seu hábito constante (“**foi fazendo** carreira”) de unir-se matrimonialmente nos termos do conhecido e desprezado “casamento por interesse”, Mainardi mostra plenamente o seu *ethos* escarminho, ácido e corrosivo, ostentando, por falta de outra expressão, seu modo particular de conceber a mulher. É interessante perceber, ainda, que a nossa busca pelo *ethos* pelas inúmeras dimensões do *logos* (em uso) pode nos levar a explorar aspectos do próprio *logos* não salientados até o momento, mas que, agora, acabam assumindo um valor argumentativo digno de nota. No texto de Mainardi, por exemplo, saltam aos nossos olhos pelo menos mais 2 características linguísticas que se desdobram em imagens de si.

Primeiramente, temos a escolha de nomes próprios como “Ceium Secundum” e “Cuspium Pansam”, protagonistas de particularidades político-eleitorais ocorridas numa temporalidade remota: “Pompeia”. A escolha de tais nomes, em língua latina, diga-se de passagem, e de histórias ocorridas num passado distante, nos apresenta um *ethos* de enunciador “erudito”, dotado de um cultivado saber enciclopédico e intelectual (que nem todos possuem), fato que, por si só, constrói uma imagem oratória que pode ser muito persuasiva, favorecendo a adesão às teses e aos comportamentos já salientados, sem contar os aplausos efusivos de quem já pensa como o orador. No que tange ainda à escolha de nomes próprios e fatos a eles relacionados, não se pode deixar de mencionar o nome “Fernando Henrique Cardoso” (linha 16), eleito, dentre tantos outros, como um argumento de autoridade no texto de Mainardi, e que, justamente por isso, vem ressaltar, mais uma vez, o seu *ethos*: alguém que possui um “referencial” no campo político, identificando-se com as ideias de um ex-presidente e de seu partido (PSDB). Enfim, além de um “*ethos* tucano”, há de se ressaltar um último aspecto linguístico do texto pertinente às imagens de si do orador: a sua modalidade acirradamente assertiva, categórica e epistemicamente necessária.

Seja no presente do indicativo, remendando comparações categóricas e afirmações retilíneas, seja narrando ou relatando fatos escandalosos por meio dos pretéritos, o sujeito da enunciação não nos deixa escapar quaisquer dúvidas acerca do seu próprio convencimento a respeito das imagens que veicula. Em outros termos, o “tom” asseverativo de “Como em Pompeia” não transmite ao leitor qualquer impressão de incerteza por parte do seu autor, que injeta ao seu conteúdo proposicional o máximo grau de verdade epistêmica. As escolhas são claras: Dilma, por exemplo, não “seria” igual (ou simplesmente “se parece[ria]”) com as múmias pompeianas, ela inequivocamente “é”. As afirmações categóricas,

vez ou outra, são também reforçadas por predicados cristalizados como “é nisso que” (linha 14), “o fato é que” (linha 35) e “o que se sabe é que” (linha 37), além de outros recursos que podem ser dispensados de menção. Apenas para citar mais um fato marcante do “tom” inequívoco do enunciador, que impõe uma verdade necessária (e quase inquestionável) à *mis en scene* textual, basta retomar as estruturas condicionais encabeçadas pela conjunção “se”, presentes: (i) na linha 21 (em que Dilma é **necessariamente** igual a Cuspium Pansam, a partir do fato de ser igual a Ceium Secundum); nas linhas 28-30 (o **necessário** oportunismo de Lula a partir do oportunismo do sagui); nas linhas 37-38 (a **necessária** tragédia brasileira caso Dilma seja eleita).⁵

Em síntese, no que tange ao *ethos*, pensando-o como um desdobramento semântico-discursivo do *logos*, Mainardi se mostra um colunista **convicto/convencido, ardiloso e hábil** com as palavras, um **crítico ferino, ácido e corrosivo**, um **provocador corajoso**, além de **cultivado, erudito** e, como se não bastasse, de fortes inclinações **tucanas**. No entanto, a confecção final do *ethos* só se dá com/na leitura e, sobretudo, na avaliação de tais aspectos pelos interlocutores concretos. Nesse sentido, as imagens de si do enunciador recebem o seu grau máximo de acabamento apenas na interação verbal, ou, melhor dizendo, diante de um auditório determinado, munido, conscientemente ou não, de uma rede complexa de valores, visões de mundo e imaginários. Em última instância, são os modos de filiação à *doxa* que permitiriam, por exemplo, a formatação final de um *ethos* machista, conservador ou “de direita”, atribuído à Mainardi por leitores petistas ou, mesmo, por integrantes de correntes diversas ditas da esquerda (antitucanos) e/ou indivíduos que possuem, em comum, apenas o fato de serem contra o propagado sensacionalismo e partidarismo político da revista *Veja*.

O mesmo raciocínio especulativo vale se inferimos um auditório que pensa ou tende a pensar conforme o autor (psdbistas, antipetistas, antilulistas, antidilmistas etc.), diante do qual a argumentação vem apenas amplificar uma adesão prévia, presenteadas ao autor de antemão. Nesse caso, restaria apenas à figura do “guru intelectual” dizer a todos aquilo que já é esperado, sobressaindo-se dessa ansiosa expectativa um *ethos* de comentarista político “genial”, “lúcido” e “competente”, apto a analisar, com arte, as profundezas daquela situação político-eleitoral brasileira. Eis que passamos, então, a outra importante dimensão da análise: ao falar do auditório, adentramos na dimensão patêmica do discurso. Vejamos rapidamente.

⁵ O único momento do texto em que o “tom” asseverativo parece dar lugar a uma posição de dúvida ou incerteza está na linha 18, quando é empregada a estrutura modalizante “pode ser que”, com o verbo auxiliar “poder”. Mas a conjunção “ou” e o “falso dilema” que ela introduz (também conhecido como um raciocínio falacioso), somado ao teor ofensivo do trecho, nos revela ser apenas mais um recurso retórico irônico/escaminho.

O *pathos* no *logos*: do contentamento à indignação

Antes de tudo, vale recordar, conforme discutido em Galinari (2007), que o *pathos* se caracteriza como um amplo leque de recursos semióticos, não fixáveis aprioristicamente, ou melhor, de um modo abstrato e distante da conjuntura efetiva de um dado discurso. No campo retórico/argumentativo, esse antigo termo diria respeito, assim, a todos e quaisquer aspectos linguístico-discursivos (*logos*) capazes, numa circunstância determinada (*kairos*), de desencadear **no** auditório algum tipo de reação afetiva. O *pathos* seria, portanto, uma **tentativa**, uma **expectativa** ou uma **possibilidade** contida nos discursos sociais, no sentido de despertar algum sentimento no alocutário. Nessa linha de raciocínio, o *pathos* não compreenderia propriamente as emoções, mas, sim, as suas garantias simbólicas ou, em termos linguísticos, os seus elementos linguageiros deflagradores. Dessa forma, se algo do universo do *logos* (uma analogia, uma disposição sintática, um item lexical, um estilo, um tema, um conteúdo implícito etc.) é alçado à magnitude do *pathos*, isso depende, ainda, da consideração (novamente) da instância de recepção: é somente no instante de sua entrada nos meandros do perfil dóxico e/ou psicológico do auditório, com seus valores, engajamentos e imaginários, que esse “algo” da linguagem adquire (ou não) um estatuto patêmico qualquer. Tudo fica a depender, assim, de possíveis julgamentos responsivo-morais, ativados interacionalmente nas subjetividades do auditório, em seu contínuo confronto com os conteúdos enunciados pelo *logos*.

Diante disso, e uma vez que não possuo os meios para precisar exatamente quem foi, empiricamente, o(s) auditório(s) de “Como em Pompeia”, com seu(s) perfil(s) valorativo(s) ou moral(is),⁶ resta-me apenas fazer algumas especulações diante da transmutação do *logos* em *pathos*, incluindo, nesse exercício, os seus possíveis efeitos retóricos. Várias esfumaturas emocionais seriam possíveis, portanto, de acordo com o perfil dos leitores. Para começar, podem-se citar, primeiramente, os raciocínios e imagens-tese apresentados na estrutura do *logos*, a saber, a conclusão implícita de que Dilma é uma múmia/morta (entimema 2), ou seja, alguém sem expressão política, possuindo, como atributo eleitoral, apenas o apoio de Lula (entimema 3). A isso se soma, com todos os recursos do *logos* já vistos, com suas escolhas lexicais, sintáticas e implicações, o retrato de uma candidata “muda”, que nunca fala, e que, talvez, também não pense, ou não seja capaz de saber (ela mesma) o que pensa; alguém notável apenas na sua condição biológica de “mulher” (e de “Amélia”, socialmente falando), no que tange a sua participação (secundária) na luta armada, momento em que se pôs a frequentar

⁶ Como afirmado em nota anterior (3), temos certeza de quem é uma parcela desse auditório: os assinantes de *Veja* e leitores de Mainardi, mas sabemos que, nem sempre, o auditório projetado pela enunciação coincide exatamente, em sua possível complexidade, com a multiplicidade de leitores concretos.

homens do pior gabarito (“terroristas”), no promíscuo afã arrivista (“de marido em marido”) de “fazer carreira” a qualquer custo.

Ora, esse ultrajante conteúdo construído pelo *logos*, como vimos, além de construir/reforçar teses a respeito da imagem de Dilma Roussef, incitando o leitor a determinadas ações e comportamentos, acaba também por instituir, concomitantemente, um “fazer-sentir”, variável e fluido em função do auditório. Sendo assim, um leitor “tucano”, de “direita”, ou antipetista – pode-se especular –, poderá experimentar emoções tais como a **alegria/contentamento**, o **riso** debochado e/ou a **indignação** frente à dita candidatura, numa relação de possível identificação total para com o discurso. A não ser se pensamos, por exemplo, em auditórios não simpáticos à atual Presidente (como, por exemplo, simpatizantes de partidos de “extrema” esquerda, como PSTU, PSOL ou PCO), mas que preferem usar, em suas críticas, argumentos dados como intrinsecamente “político-ideológicos”, ao invés de expedientes baseados no insulto pessoal e no deboche demagógico. Daqui poderia até mesmo resultar sentimentos como a **perplexidade/espanto**, ou mesmo uma ligeira **tristeza** em relação ao nível dos debates políticos em tempos atuais.

Já um auditório pró-Dilma (e por que não, a própria candidata), com certeza se retorceria num alto grau de **ódio** político, **repugnância** e **revolta** contra conteúdos avaliáveis como de “baixo nível” e de pretensiosa maldade ou covardia simbólicas. Seja de que modo for, vemos no *logos* de Mainardi uma série de recursos que, com a avaliação de auditórios possíveis, se somam potencialmente na constituição de uma força patêmica (um “fazer-sentir”). Ao lado de um “fazer-crer” já demonstrado acima, tais expedientes convergeriam para a finalidade última do discurso, isto é, uma adesão predominantemente acional/comportamental: não votar na candidata Dilma (“fazer-fazer”) – conforme a intenção de Mainardi e do auditório suscetível à sua influência –, ou continuar votando nela, até mesmo por teimosia (outros auditórios). Há de se ressaltar ainda a emoção do “medo” como efeito possível. O *logos*, ao comparar o trágico evento de Pompeia com a situação política daquele momento no Brasil, prevendo, profeticamente, a ruína do país (caso Dilma fosse eleita), confere ao discurso um caráter dramático capaz de amedrontar um auditório suscetível à retórica do enunciador. A partir do medo, ou da apreensão, talvez as outras candidaturas representassem um alívio e uma opção mais prudente.

Do *pathos* no *ethos* ao *ethos* no *pathos*: a detecção de uma intenção de emocionar

Voltando ao passo a passo metodológico esboçado acima (número 4), podemos visualizar o *pathos* também por meio do que já foi dito sobre o *ethos* do enunciador.

O colunista, ao se mostrar **convicto, sarcástico, ardiloso** ou, mesmo, um **crítico ferino, ácido e corrosivo**, revelando-se, sobretudo, como um **provocador corajoso, cultivado, erudito e tucano**, estaria também contribuindo na instauração de sentimentos como a **antipatia**, o **asco** ou a **repulsa**, no caso de um auditório dilmista, ou o contrário disso (**simpatia, atração, deslumbre**), no caso de um auditório antipetista ou favorável ao orador. É dessa maneira que podemos ver como o *logos* se transmuta no *ethos*, e este, por sua vez, num recurso de ordem patêmica. Trata-se aqui da capacidade do *ethos* de agir por empatia ou identificação, incorporando ético-emotivamente o interlocutor (ou o contrário de tudo isso: uma relação de antipatia, de não identificação ou ruptura).

Vendo as coisas de outro ângulo, pode-se até mesmo incrementar aqui a análise vista acima sobre o *ethos*, uma vez que este é também edificado no momento da identificação do leitor de um possível ato/tentativa (intencional) de “fazer-sentir” (passo metodológico 5). Uma vez identificado pelo interlocutor o intuito do texto de instaurar o **riso**, o **deboche** ou a **indignação**, diante da candidatura de Dilma Roussef, o *ethos* do enunciador pode ser avaliado como **falacioso, enganador** ou **demagogo**, por parte de um auditório não simpático ao seu estilo e ideias. Este veria Mainardi, novamente, como um colunista que argumenta pelo **insulto**, e não por argumentos genuinamente políticos e sociais. Já por um auditório antidilmista ou “de direita”, a tendência é este ato/tentativa de “fazer-sentir” desembocar – uma vez notado – na consagração de um *ethos* de **inteligente**, de **sagaz** e de **corajoso**, por veicular a “verdade” que poucos querem ver/dizer. Com tudo isso, chegamos, finalmente, ao término da análise de caráter meramente ilustrativo proposta por este artigo.

Acredito ter demonstrado a pertinência de se postular a interdependência das provas retóricas e, mais ainda, a sua utilidade enquanto prerrogativa teórica para a análise de discursos sociais. É interessante ressaltar, como última observação, que o próprio *ethos* e o *pathos*, se os vemos como indícios da intenção manifesta do enunciador (seu próprio caráter, engajamento político e emoções), se mostram como elementos já prévios ao texto analisado, sendo, dessa forma, também determinantes para a configuração do próprio *logos*, tal e qual este se nos apresentou pragmaticamente. Enfim, cabe-me formular algumas derradeiras palavras.

Considerações finais

Diante de tudo o que foi dito, resta-me apenas, à guisa de reflexão, contar um “causo” que nos é magistralmente apresentado na obra de Romeyer-Dherbey, quando o autor busca resgatar as reflexões de Protágoras, um dos maiores sofistas atuantes na Atenas do século V a. C. Segundo testemunhos, foi nas *Antilogias*

(uma de suas obras perdidas) que o sofista teria construído as suas indagações sobre os responsáveis pela morte de um suposto Epitímio de Farsália. Conta-se que a vítima, durante um evento olímpico, fora atingida acidentalmente por um dardo, vindo trágica e conseqüentemente a óbito. Na ótica de Protágoras, aqui teríamos um impasse e uma impossibilidade de esclarecer a “verdade” sobre essa morte, dada a interferência de discursos duplos, de diferentes pontos de vista. Dessa forma, teríamos três explicações para o evento fatal, segundo óticas ou auditórios diferenciados:

[...] para o médico, foi o dardo que causou a morte [aqui devemos levar em consideração que, para o direito arcaico, um objeto podia ser considerado culpado; e, assim, teríamos a *causa mortis*: perfuração, hemorragia e óbito!]; para o juiz, foi quem o lançou [a pessoa física, crime doloso!]; para a autoridade política, foi o organizador dos Jogos [que deveria ter previsto e evitado a situação, tecnicamente falando.]. (ROMEYER-DHERBEY, 1986, p.22).

Tal especulação de Protágoras nos leva para além da Lógica Formal e do princípio da contradição rigidamente lógica, o que é característico dos discursos públicos/retóricos. Instaura-se, assim, epistemologicamente, um **perspectivismo** filosófico apto a abarcar uma profusão de pontos de vista possíveis/necessários em torno das questões sociais. Voltando ao tema das provas retóricas, enfim, me parece ser esta a postura epistemológica que deveríamos ter, enquanto analistas do discurso, para visualizar a sua inter-relação nos discursos: é preciso olhar para os *corpora* sob os auspícios de diferentes perspectivas (a saber, a do *logos*, a do *ethos* e a do *pathos*), especulando sobre a sua natureza, os seus efeitos possíveis e relativizando, na falta de dados concretos, os perfis verossímeis do auditório.

GALINARI, M. M. *Logos, ethos and pathos: “three sides” of the same coin*. *Alfa*, São Paulo, v.58, n.2, p.257-285, 2014.

- **ABSTRACT:** *This article aims to develop a reflection about the interrelation among the rhetorical proofs – logos, ethos and pathos – in the disciplinary scope of Discourse Analysis, dialoging with the rhetorical tradition, the Sophistic and the modern authors who occupy themselves with this subject, such as Ruth Amossy, Michel Meyer, Christian Plantin and others. Therefore, this study assumes that, more than stable and theoretically marked out categories, the rhetorical proofs are three dimensions or “angles” of a unique discourse or, in other terms, they are three tools or “reading keys” available for interpretation and speculation on their possible effects. As there is a lack of discursive analysis which are capable of illustrating/demonstrating such theoretical premises, this research contains both, a first part, that is geared towards a theoretical reflection, and a second part, exclusively reserved for the analysis of a political discourse that circulated in Brazil, in 2010, prior to the Presidential Elections.*
- **KEYWORDS:** *Discourse Analysis. Sophistic. Argumentation. Logos. Ethos. Pathos.*

REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. Contribuição da nova retórica para a AD: o estatuto do logos nas ciências da linguagem. In: EMEDIATO, W.; LARA, G. M. P. *Análises do Discurso hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. v.4, p.11-28.

_____. *L'argumentation dans le discours*. 3.éd. Paris: Armand Colin, 2010.

_____. Dimension rationnelle et dimension affective de l'ethos. In: RINN, M. (Dir.). *Émotion et discours: l'usage des passion dans la langue*. Paris: Presses Universitaires de Rennes, 2008. p.113-125.

EGGS, E. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008. p.29-56.

GALINARI, M. M. Sobre ethos e AD: tour teórico, críticas, terminologias. *DELTA – Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v.28, n.1, p.51-68, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v28n1/v28n1a03.pdf>>. Acesso: 07 fev. 2014.

_____. A polissemia do logos e a argumentação: contribuições sofisticadas para a Análise do Discurso. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n.1, p.93-103, nov. 2011.

_____. As emoções no processo argumentativo. In: MACHADO, I. L.; MENEZES, W. A.; MENDES, E. *As emoções no discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p.221-239.

MAINARDI, D. Como em Pompeia. *Veja*, 07 ago. 2010. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/mainardi/na-revista/como-em-pompeia/>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

MEYER, M. *Principia Rhetorica: une théorie générale de l'argumentation*. França: Fayard, 2008.

_____. *A retórica*. São Paulo: Ática, 2007.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. Lógica e retórica. In: PERELMAN, C. (Org.). *Retóricas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p.57-91.

PINTO, M. J. V. *A doutrina do logos na sofística*. Lisboa: Edições Colibri: Instituto de Filosofia da Linguagem, 2000.

PLANTIN, C. *Les bonnes raisons des émotions: principes et méthode pour l'étude du discours émotionné*. Berne: Peter Lang, 2011.

_____. *L'argumentation: histoire, théories e perspectives*. Paris: PUF, 2005.

_____. L'argumentation dans l'émotion. *Pratiques*, Metz, n.96, p.81-100, déc. 1997.

PLANTIN, C.; DOURY, M.; TRAVERSO, V. *Les émotions dans les interactions*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2000.

ROMEYER-DHERBEY, G. *Os sofistas*. Lisboa: 70, 1986.

Coluna do

Diogo Mainardi

Opinião e comentários do colunista mais lido de VEJA
07/08/2010 às 0:02 \ [Na revista](#)

Como em Pompeia

1. "Se Dilma Rousseff é igual a Ceium Secundum, ela é igual também a Cuspium
2. Pansam. Seus cartazes de propaganda eleitoral, resgatados nas ruínas de Pompeia,
3. aludiam exclusivamente à figura de seu padrinho"
4. Ceium Secundum é igual a Dilma Rousseff. Melhor dizendo: Dilma Rousseff é igual a
5. Ceium Secundum. Quem é Ceium Secundum? Ele é, antes de tudo, um morto. Ele morreu
6. quase 2000 anos atrás, quando as cinzas do Vesúvio soterraram Pompeia, em 24 de
7. agosto de 79. Ele é, portanto, um morto e uma múmia. Além de ser um morto e uma
8. múmia, Ceium Secundum, no momento da tragédia que matou todos os moradores da
9. cidade, era candidato a um cargo público. Quando os arqueólogos italianos, no século XIX,
10. desenterraram Pompeia, encontraram alguns de seus cartazes de propaganda eleitoral.
11. Um deles dizia o seguinte:
12. *Ceium Secundum para duoviro.*
13. *Seu pai o apoia.*
14. É nisso que Ceium Secundum e Dilma Rousseff se assemelham. Tanto um quanto o outro
15. só possuem um atributo eleitoral: o apoio de quem os gerou. O primeiro tem o apoio do
16. pai, a segunda tem o apoio de Lula. Na última quarta-feira, em Paraty, Fernando Henrique
17. Cardoso declarou que ninguém sabe o que Dilma Rousseff pensa porque ela nunca fala.
18. Ela nunca fala porque ninguém quer que se saiba o que ela pensa. Ou pode ser que ela
19. nunca fale porque nem ela sabe o que pensa. O que conta, para ela, é apenas quem a
20. apoia. Dilma Rousseff para *duoviro*? Sim: melhor do que para presidente.
21. Se Dilma Rousseff é igual a Ceium Secundum, ela é igual também a Cuspium Pansam.
22. Seus cartazes de propaganda eleitoral, resgatados nas ruínas de Pompeia, aludiam
23. exclusivamente à figura de seu padrinho:
24. *Cuspium Pansam para conselheiro.*
25. *Quem pede para votar nele é Fabius Eupor, o príncipe dos libertinos.*
26. O padrinho de Dilma Rousseff, Lula, pede para votar nela. Na verdade, ele vem pedindo
27. isso há mais de dois anos, num gesto de pura libertinagem eleitoral. Lula tem um grande
28. senso de oportunidade. Se um sagui é capaz de escolher o momento certo para entrar
29. pela janela da cozinha e pegar um cacho de bananas, Lula foi capaz de escolher o
30. momento certo para atropelar as leis e apoiar sua candidata presidencial. Assim como
31. Ceium Secundum e Cuspium Pansam, as múmias pompeianas, Dilma Rousseff sempre se
32. manteve à sombra de alguém. Quando participava da luta armada, seu principal papel era
33. o de mulher. Ela era a Amélia da VAR Palmares. Primeiro, casou-se com um terrorista.
34. Depois, trocou-o por outro terrorista. Se Dilma Rousseff fosse iraniana, já estaria
35. condenada à morte. O fato é que, de marido em marido, ela foi fazendo carreira na
36. burocracia estatal, até chegar a Lula, que se tomou seu pai, seu padrinho. Ninguém sabe
37. o que ela pensa porque ela nunca fala. O que se sabe é que, se ela for eleita daqui a dois
38. meses, o Brasil será soterrado por cinzas ancestrais.

Por Diogo Mainardi

<http://veja.abril.com.br/blog/mainardi/na-revista/como-em-pompeia/>

Recebido em fevereiro de 2013.

Aprovado em maio de 2013.

